



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO 2

PL - 786/20 - Helder Rocha

Contro.

PROJETO DE LEI Nº 824, DE 2020

(Da Sra. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE)

Substitutivo

Altera a Lei nº 11.947, de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência ou calamidade pública, a distribuição, aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, de gêneros alimentícios adquiridos com recursos desse Programa e a transferência direta desses recursos, pela União e pelos entes federados subnacionais, ~~por meio de cartão magnético bancário.~~

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal, observadas as disposições desta Lei e ressalvado o disposto no art. 21-A.

012 { § 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios, ressalvado o disposto no art. 21-A.

Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica, em razão de situações de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o



* C D D 2 0 2 4 0 9 7 2 9 2 8 2 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

território nacional, em caráter excepcional, a distribuição, aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados: *1- Imediata*

I – dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do PNAE; *com*

II – dos recursos financeiros do PNAE, por meio de cartão magnético bancário, inclusive aquele já utilizado para programas de assistência social, mantidos pela União, como o Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e também aqueles mantidos pelos entes federados, nos termos da respectiva legislação local.

§ 1º A autorização de que trata o inciso II do "caput" admite a distribuição de recursos financeiros do PNAE diretamente pela União e a distribuição, pelos entes federados subnacionais, dos recursos por eles recebidos da União à conta desse Programa.

§ 2º A distribuição realizada nos termos do "caput" deverá constar da prestação de contas prevista no inciso II do art. 20 desta Lei.

excluir *7* *17 - Acompanhado pelo Conselho* *(NB)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

de Alimentação Escolar

JUSTIFICAÇÃO

O momento atual, em que a pandemia do coronavírus tem determinado providências oficiais extremas, é necessária a adoção de medidas extraordinárias para proteção da população, especialmente os segmentos mais vulneráveis, em todas as áreas de políticas públicas.

No campo da educação, a suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica tem impedido o acesso dos alunos mais pobres a um programa suplementar de assistência estudantil fundamental: o da alimentação escolar. Para uma imensa parcela do alunado brasileiro, a merenda escolar é essencial para sua subsistência.





Estou segura de que a relevância dessa iniciativa haverá de receber o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em 20 de março de 2020.

Seabra

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

2020-C

